

**MÉDICI E O FUTEBOL: A UTILIZAÇÃO DO ESPORTE
MAIS POPULAR DO BRASIL PELO GOVERNO
MAIS BRUTAL DO REGIME MILITAR**

Marcos Guterman*

O futebol é um campo fértil para a produção de mitos e lendas na vida nacional. Uma dessas histórias ainda viceja, com aparência de verdade incontestável: a utilização ardilosa da Copa de 70 pelo regime militar, com o objetivo de encobrir a repressão, marca do governo Médici. Como todo episódio relacionado ao futebol no Brasil, este também é objeto de muitos palpites e pouca consistência historiográfica. No caso específico da Copa de 1970, sobram episódios obscuros, interpretações enviesadas e açodamento ideológico, resultando num quadro que deixa de esclarecer um dos eixos centrais do governo Médici naquela oportunidade: a busca da popularidade que legitimaria o regime de exceção perante os críticos, internos e externos.

Este artigo tentará mostrar que, de fato, Médici, um apaixonado por futebol, realmente escorou-se na conquista do tricampeonato no México para alimentar a retórica do Estado nacional-desenvolvimentista, mas esta utilização não pode empanar outros importantes fatores em jogo: é preciso questionar, por exemplo, se os resultados dessa política teriam sido satisfatórios como foram se, ao mesmo tempo, o país não estivesse passando por um surto de crescimento econômico sem paralelo em sua história; se o movimento ufanista que se seguiu à conquista já não estava em gestação, faltando-lhe a ignição que a Copa proporcionou; e, enfim, se as massas que foram às ruas festejar a vitória no México não estavam aproveitando a situação para um “desabafo” que a máquina da repressão impediria em qualquer outra circunstância – ou seja, diferentemente do que o discurso da esquerda perpetuou, os brasileiros que festejaram a conquista de 70 talvez não estivessem tão alheios ao que se passava no Brasil de Médici.

Futebol e o regime militar – alguns conceitos teóricos

Os poucos estudiosos que se dedicaram a entender os efeitos do futebol sobre a sociedade brasileira e seus desdobramentos institucionais coincidem num ponto: este esporte, por todos os seus significados, funciona como importante diluidor de diferenças sociais. Em oportunidades críticas, como a disputa de uma Copa do Mundo, então, tal característica é robustecida pelo caráter nacionalista e patriótico, muito útil a regimes como o militar. O futebol “é um poderoso instrumento de integração social”, através do qual “a sociedade brasileira experimenta um sentido singular de totalidade e unidade, revestindo-se de uma universalidade capaz de mobilizar e gerar paixões em milhões de pessoas”.¹ Este esporte resolve simbolicamente as desigualdades econômicas habituais, sendo, por tal motivo, o modo pelo qual uma parcela significativa dos brasileiros de todas as classes quebra a hierarquia cotidiana.

Há teses mais controversas, comuns no espectro mais à esquerda e que alimentaram grande parte das conclusões acerca das relações entre o regime militar e a Copa de 70. Segundo este pensamento, o futebol reprime o conflito de classes (docilizando o trabalhador em relação a seu patrão a cada vitória de seu time) e mistifica a realidade, pois reduz a compreensão das condições materiais e sociais. Trata-se da clássica noção do futebol como “ópio do povo”.

No campo dos defensores desta tese, a diluição de fronteiras sociais é vista como mais um poderoso mecanismo alienante das massas à disposição das elites. A leitura de Roberto Ramos, um dos poucos a tratar diretamente do fenômeno da Copa de 1970 em relação ao governo Médici, é esclarecedora a este respeito. Publicado em 1984, isto é, nos estertores do regime militar, Ramos baseia-se no estruturalismo althusseriano para resumir o pensamento da esquerda de sua época sobre o episódio: o futebol é “aparelho ideológico do Estado”² e a celebração da Copa foi uma manipulação grosseira da ditadura para esconder a repressão.

De acordo com essa reflexão, há somente dois elementos em questão, o manipulador e o manipulado, sem meios-termos nem nuanças. O relato de Alfredo Sirkis sobre o mal-estar do grupo armado em que militava após o triunfo da seleção ajuda a entender este ponto de vista: comemorar o tri significava, em última análise, compactuar com o regime.

E como deixar de comemorar? A seleção de Zagallo, à qual João Saldanha deu o grande impulso inicial, levou o futebol brasileiro à sua plenitude. (...) Porque queriam saber da seleção, acompanhar todos os detalhes da Copa, dezenas de milhões de pessoas ficaram como hipnotizadas, de olho no vídeo. (...) O governo aproveitou a ocasião para deslanchar uma gigantesca campanha de autopromoção. Era como se a vitória do tri lhe pertencesse.

(...) Como testa-de-ferro de um poder exercido em termos práticos pelo Conselho de Segurança Nacional, coube a Médici fazer opereta, se popularizar através dos grandes *media*, naquele momento de comemoração nacional. (...) Aquela enorme manipulação, irresistível, amargava nossa curtição do tri.³

Mesmo alguns intelectuais à esquerda, porém, defendem cautela ao analisar o uso que se fez do futebol ao longo da história no país. Para João Saldanha, o comunista militante que foi técnico da Seleção Brasileira até as vésperas da Copa, “o fato de o político se meter em futebol não é mal nenhum. (...) Os fatos históricos desmentem que o futebol sirva para escorar governos. O que escora governo é tanque”.⁴

De fato, vitórias no campo esportivo não significam, automaticamente, triunfos políticos expressivos. Ao longo do regime militar, por exemplo, observaram-se efeitos diversos das Copas nas eleições. No desastre de 1966, quando o Brasil foi eliminado na primeira fase da Copa da Inglaterra, a governista Arena elegeu 68% dos deputados federais e 82% dos senadores. O Partido também se deu bem na eleição realizada após a Copa de 1970, mas foi uma vitória relativa, como veremos adiante. A Arena, assim como a Seleção de 1974, sofreria um sério revés na votação daquele ano, quando o MDB, que teve a primeira oportunidade de usar a TV para divulgar suas propostas, elegeu 16 de 22 senadores e 44% dos deputados federais. O Brasil voltaria a fracassar nas Copas de 1978 e 1982, mas o governo conseguiria manter a maioria no Legislativo.

O brasilianista Robert Levine, por sua vez, demonstrou que a raiva retórica contra o regime militar não dá espaço para que se observe a multiplicidade de fatores em jogo.

O problema com a tese do ópio é que ela apresenta uma visão maniqueísta dos processos sociais. A mudança dos anseios da sociedade brasileira, e não a vontade coletiva dos diretores dos clubes, obrigou o futebol a evoluir do modo como fez; contudo, o poder dos meios de comunicação e a intervenção fiscal e administrativa do governo, sem dúvida, ajudaram a plasmar essa evolução. Muitos dos argumentos usados para caracterizar o futebol como mecanismo de controle social podem ser usados para mostrar seu papel como agente redutor das distâncias sociais e como agente encorajador do orgulho nacional. Para cada argumento do futebol como circo, outros podem ser contrapostos, credenciando o esporte como fator de maior autenticidade local e de redução de hostilidades entre classes.⁵

O ambiente que precedeu a Copa foi, para Levine, “o melhor exemplo de como o futebol foi usado para emprestar legitimidade política ao governo”.⁶ Médici não mediu esforços para associar sua imagem à da Seleção. Popularidade era algo que ele perseguia, como deixou claro em discurso após a posse, em 27 de outubro de 1969: “Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-lo e confesso lealmente que gostaria que o meu governo viesse, afinal, a receber o prêmio de popularidade...”.⁷

Com tal objetivo em mente, posou de torcedor número um, deu palpites públicos sobre os jogos e, ao final, com o título assegurado, deixou-se filmar e fotografar como um autêntico entusiasta do esporte. Para alguns observadores, esta atitude é suficiente para classificar Médici como um insidioso manipulador das ilusões das massas.

Médici, um torcedor

A sensação de “quebra de hierarquia” proporcionada pelo futebol começou pelo próprio Médici, no caso da Copa de 1970. Suas relações com o futebol não foram somente publicitárias: o presidente era um autêntico torcedor, segundo relatos insuspeitos. O cronista Carlos Heitor Cony, perseguido pelo regime militar, afirma:

Médici era fanático por futebol, e não foi armação do regime militar a divulgação de algumas de suas fotos mais famosas – ouvindo jogo no radinho de pilha, enrolado na bandeira nacional por ocasião do tricampeonato e fazendo embaixadas com alguma perícia, o que revelava intimidade com a bola.⁸

Dentro do governo, ministros importantes tratavam de dar publicidade a tal característica do presidente, relacionando-a à “brasilidade” de Médici e à sua condição de “homem comum”. Jarbas Passarinho, que ocupava a pasta da Educação, era um dos mais eufóricos: “Todos conhecem seu nacionalíssimo gosto pelo futebol. Dou meu testemunho da emoção com que o presidente assistiu a todos os jogos, torcendo com o entusiasmo do brasileiro normal e do homem comum que o elevado cargo não modificou”.⁹

Do ponto de vista estritamente cerimonial, Médici cumpriu, como quase todos os outros presidentes brasileiros em circunstâncias semelhantes, sua “obrigação” de prestar apoio e solidariedade ao selecionado nacional na disputa pela Copa do Mundo. No entanto, no caso específico de Médici, o que se viu, a julgar pelos relatos de época, foi uma entrega pessoal que superou, com folga, o ritual adequado à função que exercia. O presidente fazia questão de se qualificar como “torcedor”, sempre que podia. No dia da difícil vitória contra a Inglaterra, ele enviou um telegrama à Seleção, dizendo: “Na oportunidade da notável vitória conquistada palmo a palmo sobre a grande equipe inglesa, mando-lhes meu comovido abraço de torcedor, pela demonstração de técnica, serenidade, amadurecimento, inteligência e bravura”.¹⁰ A linguagem de Médici também era a de um torcedor. Na véspera do jogo contra a Inglaterra, o presidente comentou com jornalistas que estavam no Planalto que não esperava maiores dificuldades, pois os ingleses eram, na sua opinião, “fregueses de caderno”.¹¹

A idéia de que Médici fazia parte da torcida brasileira era convenientemente reforçada pela reação dos jogadores da Seleção (segundo palavras que se lhes atribuíam). No dia da vitória sobre o Peru, Médici telefonou para Guadalajara, onde estava o time, e mandou cumprimentar os jogadores, dizendo-lhes que confiava na “nossa vitória final”. Fez referências “especiais” a Brito, Dario e Everaldo, jogadores sobre os quais ele não escondia sua predileção – coisa típica de torcedor; afinal, pelo menos em teoria, a um chefe de Estado não é permitido gostar mais de uns que de outros.

A resposta da Seleção (ou aquilo que se disse em nome dela) reforça essa imagem de Médici. Segundo o brigadeiro Jerônimo Bastos, chefe da delegação brasileira, “o interesse com que o presidente acompanha os jogos de nossa Seleção tem servido de real estímulo a todos”. “Quando jogamos, sentimos que, entre os milhões de torcedores que nos acompanham, está o presidente, e isso é bom”, disse à imprensa um dos jogadores.”¹²

No dia da conquista do tricampeonato, Médici foi fotografado com uma bandeira brasileira, não em pose cerimonial, mas com gestos característicos de quem estava sinceramente comemorando o título mundial. Consta que, dois dias depois, quando recebeu a Seleção, em Brasília, chorou de emoção. “Este é o maior dia de minha vida”, disse o presidente aos que o acompanhavam, após o triunfo da Seleção. Em cena antológica descrita pela *Folha de S. Paulo* em sua primeira página no dia seguinte à conquista da taça, lia-se:

Ao término da partida, o presidente mandou que os torcedores que se encontravam na praça fronteira entrassem para o Palácio e saiu para o meio do povo, enrolado em uma bandeira brasileira. Os torcedores o carregaram. Quando o puseram no solo, o presidente pegou uma bola dos netos e começou a mostrar sua habilidade no esporte em que o Brasil é campeão mundial. Fez embaixadas e chegou a dar umas de calcanhar, sendo estimulado pelos fãs, que diziam “se o Zagalo soubesse, hein, presidente...”¹³

Todo o esforço publicitário do governo para aproximar Médici dos demais brasileiros era, como se vê, bastante facilitado pela própria conduta do presidente. Na mensagem após a vitória no México, Médici não deixou por menos: “Na hora em que a Seleção nacional de futebol conquista definitivamente a Copa do Mundo, após memorável campanha, na qual só enfrentou e venceu adversários do mais alto valor, desejo que todos vejam, no presidente da República, um brasileiro igual a todos os brasileiros”.¹⁴

O futebol visto pelo regime

À medida que o sucesso da Seleção Brasileira foi se tornando concreto, militares e políticos civis procuraram capitalizar tais resultados. No Congresso, os “parlamentares só falam de futebol”, segundo constatação da *Folha de S. Paulo*. Contabilizavam as possibilidades políticas abertas pelo triunfo no México.

Imediatamente após a conquista do tricampeonato, o então presidente nacional da Arena, Rondon Pacheco, “recomendou a todos os candidatos do seu partido no próximo pleito que destaquem durante a campanha a vitória do Brasil na Copa do Mundo (...), ao lado das realizações do governo revolucionário”, pois se tratava de “fator psicológico positivo” da “mensagem que o partido governamental deve levar ao povo, a fim de obter bons resultados nas urnas”. O otimismo, disse Rondon, “vai proporcionar-nos uma cabeça-de-ponte entre a Arena e o povo, que há de trazer bons reflexos nas urnas”.¹⁵

A imprensa destacava que os problemas de Médici na sucessão dos governos estaduais – o presidente impôs diversos nomes, segundo ele mais identificados com os “ideais da revolução”, contrariando interesses dentro da Arena – poderiam ser aliviados pela vitória do Brasil. A seção “Sumário”, coluna de bastidores políticos da *Folha de S. Paulo*, dá conta, em 5-6-1970 (p. 3), de que a vitória do Brasil sobre a Tchecoslováquia foi

(...) um refrigério, um bálsamo mesmo para as mágoas e chagas que o problema sucessório nos Estados havia provocado nas almas sensíveis e sempre desejosas dos próceres da política nacional. (...) Saibam todos que Pelé, Jair e Rivelino, com os tentos que marcaram, conseguiram esvaziar boa parte dos descontentamentos a que aludíamos e deram ao presidente Médici uma colaboração valiosíssima. (...) Realmente, tudo leva a crer que, se a Seleção Brasileira levantar a Copa do Mundo, o acontecimento terá repercussões profundas para o país, dentro e fora dele. Na esfera interna, nem se fala. (...) As metas de uma administração dependem das metas nos campos esportivos. No caso brasileiro, essa interdependência é ainda mais profunda, de vez que nosso esporte, o futebol, está entranhado nas dobras mais íntimas da alma popular (...). Por isso mesmo o governo do presidente Médici andou bem em emprestar apoio ao nosso selecionado que pejeja nos gramados estrangeiros.

Com todo este aparato a favor, porém, a Arena obteve, em 1970, uma vitória de Pirro nas eleições legislativas. O partido governista conseguiu quase 70% dos sufrágios válidos na votação para a Câmara e mais de 60% na eleição para o Senado, mas é preciso considerar que houve expressiva abstenção e um número significativo de votos em branco e nulos, além, é claro, da ausência de uma oposição autêntica e consistente. Segundo dados do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), a eleição para a

Câmara em 1970 teve abstenção de 22,5%, além de 20,9% de votos em branco e 9,4% nulos; na eleição para o Senado, houve 22,53% de abstenção, 45,52% de votos em branco e 12,59% nulos.

Apesar disso, a Seleção Brasileira foi parar no centro do discurso do governo para reforçar os objetivos da “revolução”. O seqüestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, no Rio, tornou-se uma oportunidade singular para que este discurso se manifestasse. Ocorrido em 11 de junho de 1970 – portanto, em plena Copa do Mundo –, o crime foi cometido pela Vanguarda Popular Revolucionária, que, em troca, obteve a libertação de 40 presos e o envio deles à Argélia. Ao longo do drama, cuja coincidência com a Copa provavelmente não foi acidental, o governo tratou de jogar a opinião pública contra os grupos subversivos, sugerindo que a comoção causada pelo seqüestro entre os jogadores da Seleção poderia prejudicar o desempenho do Brasil na Copa. Em sua primeira página de 17 de junho, a *Folha de S. Paulo* dizia: “Notícias do México dão conta da perturbação que a notícia do seqüestro provocou no ambiente do nosso selecionado. Pelé, Rivelino e outros jogadores manifestaram-se, condenando o ato terrorista”. As “notícias” a que a *Folha* se referiu eram, na verdade, uma nota oficial do Ministério do Exército:

Causou profundo impacto na Seleção a notícia chegada ao México sobre o seqüestro do embaixador alemão. Pelé, Brito, Rivelino, Clodoaldo e outros craques lamentaram que maus traidores e criminosos venham a quebrar a tranqüilidade e o entusiasmo da Seleção. Lamentaram nossos craques que os terroristas, a serviço de países comunistas, tentem com atos criminosos atingir um país amigo.¹⁶

A idéia era mostrar que os terroristas eram os desagregadores do Brasil, no momento em que os brasileiros se uniam em torno do ideal de fazer deste um país grande, com vitórias nas áreas social, econômica e esportiva. Em telegrama a Médici, o chefe da delegação brasileira, brigadeiro Bastos, deu o tom da manipulação do episódio, procurando mostrar que os perpetradores do “ato desumano” eram diferentes do “grande povo brasileiro”:

Na hora em que, no campo esportivo, nos confraternizamos com outros povos e vimos alcançando vitórias baseadas nos princípios da disciplina e do respeito, manifestamos, em nome da delegação brasileira de futebol, nossa repulsa ao ato desumano contra o ilustre embaixador da nação alemã (...), ferindo os laços de fraternidade dos nossos povos e dando ao mundo uma imagem distorcida quanto à generosidade, à fidalguia e à humanidade do grande povo brasileiro.¹⁷

O território entre o Brasil bom e o ruim estava perfeitamente demarcado. Na mesma primeira página em que registrava a chegada à Argélia dos militantes esquerdistas soltos e banidos do país em troca da vida do embaixador alemão, a *Folha de S. Paulo* de 16 de junho dizia que o goleiro Félix, titular da Seleção, estava “com saudades do Brasil”.

O regime, visto pelo futebol

O episódio central e emblemático na historiografia sobre a Copa de 1970 é a rumorosa demissão do técnico João Saldanha. É quase lugar-comum, no Brasil, dizer que Saldanha caiu porque se negou a escalar um jogador pedido por Médici e porque o treinador era dirigente comunista e, portanto, contestador do regime. Os registros disponíveis, porém, não autorizam nenhuma destas versões.

Saldanha dirigiu a Seleção de 4 de fevereiro de 1969 a 17 de março de 1970. Nesse período, o Brasil se classificou com tranquilidade para a Copa do Mundo, batendo todos os adversários nas eliminatórias. Sua escolha para o posto de técnico da Seleção surpreendeu: afinal, Saldanha era comunista militante. Mas o Brasil vinha de um estrondoso fiasco na Copa de 66 (fora eliminado na primeira fase) e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade privada, estava sob intensa pressão para renovar a Seleção. A opção recaiu sobre Saldanha, então um comentarista esportivo de grande prestígio. Era uma jogada arriscada do presidente da CBD, João Havelange, que desde 1969 articulava sua candidatura à Presidência da Fifa – um triunfo no México era fundamental às suas pretensões.

O sucesso de Saldanha à frente da Seleção não escondia, porém, os diversos problemas de relacionamento entre ele e vários integrantes da comissão técnica formada pela CBD. Essa tensão cresceu até um ponto em que não havia mais retorno. Em reportagem sobre Havelange, a *Folha de S. Paulo* (8-6-1998, p. 3) sugeriu que Saldanha caiu por questões relacionadas particularmente ao futebol, pois o presidente da CBD precisava ganhar a Copa. Segundo testemunhas, Saldanha começou a beber demais e a brigar com todo mundo. Denunciado por Antônio do Passo, então coordenador da seleção, Saldanha acabou demitido por Havelange na noite de 17 de março. No instante seguinte, foi para a rua, chamou os jornalistas de plantão e deu a célebre entrevista em que descreveu um diálogo que teria tido com Médici, no qual o presidente sugeriu a convocação do atacante Dario, então um dos cinco maiores artilheiros do país, e Saldanha respondeu: “O senhor escala o seu Ministério e eu escalo o meu time”. Nunca apareceu uma única testemunha deste diálogo, mas ele é usado até hoje como “prova” da disposição de Saldanha de não fazer o “jogo” da ditadura.

Zagalo, seu sucessor, ainda hoje relembra com mágoa esse episódio, pois a memória popular registra que foram as pressões de Médici as responsáveis pela queda do treinador, e não razões técnicas e pessoais. “Ele [Saldanha] saiu [da Seleção] pelas cagadas que fez. Essa é a verdade”, disse Zagalo em entrevista em 1995. No depoimento, ele disse que Médici não impôs Dario:

O Dario foi artilheiro por onde passou. E me chamam de retranqueiro. O Saldanha sempre foi um cara que me chamou de retranqueiro. Agora, no time dele só tinha meio-campo (...). Se o Médici tivesse feito a imposição, se isso fosse verdadeiro, o Dario seria titular ou, pelo menos, ficaria no banco. Ele não ficou nem no banco.¹⁸

Às vésperas da Copa de 70, porém, o próprio Dario acreditava ser o favorito de Médici, embora soubesse que tinha poucas chances de ser titular. Dizendo-se feliz por “viajar com a Seleção”, e não por *jogar* na Seleção, Dario declarou: “Minha responsabilidade é grande, pois represento o Atlético [time de Dario, em Minas Gerais] e sua torcida, além de ter a honra de ser o preferido do presidente Médici”.¹⁹

Mas a demissão de Saldanha era tratada na época claramente como uma “intervenção branca do governo federal no escrete”. A revista *Placar*, em seu número de estréia (20-3-1970), arrolou quatro razões para a queda de Saldanha: brigas com a comissão técnica; liberdade tática excessiva aos jogadores; falta de organização tática; e *interesse do governo pela Seleção*. Jarbas Passarinho, que, por ser ministro da Educação, era também responsável pela área de esportes, negou que tivesse havido “intervenção”: segundo suas palavras, houve apenas “coação afetuosa”.²⁰

O neo-ufanismo

A Copa do Mundo de 1970 flagrou o regime militar no momento em que este se propunha a ser o garante da segurança e da paz internas para o desenvolvimento do país – o que, trocando em miúdos, significava esmagar todos os movimentos de subversão da ordem, ao mesmo tempo em que se desenrolava uma campanha cujo objetivo era destituir os brasileiros de sua condição de indivíduos, reunindo-os sob o manto indiscutível da nacionalidade. “O primeiro caminho para a valorização do homem brasileiro é a integração de todos no esforço nacional”, anunciava Médici em 10 de março de 1970, na aula inaugural da Escola Superior de Guerra. Esse “esforço nacional” justificava o arbítrio e a distorção da realidade e, ao mesmo tempo, criava as condições para a explosão de ufanismo que se seguiria à conquista da Copa do Mundo.

A vitória no México foi a centelha que deflagrou um processo que já estava em gestação no país. Ao governo coube aproveitá-la. A revista *Realidade* identificou essa onda ufanista, sem, no entanto, atribuir sua responsabilidade ao governo – preferiu mostrar que os militares capitalizaram uma situação já existente. “Estimulada pela vitória do Brasil na Copa do Mundo, uma onda ufanista corre o país de Norte a Sul”, disse a publicação, em setembro de 1970, sob o título “O novo ufanismo”. A revista identifica o movimento como “um surto”, “um neo-ufano-nacionalismo, com todos os perigos dos ismos, certamente uma força nova, que poderá ser boa ou má conforme o destino que lhe derem os formadores da opinião pública. Que fazer com ela? Em qualquer escalão do governo a mesma resposta: colocá-la a serviço do desenvolvimento”.

O regime exaltava “os valores” do brasileiro, reforçados pela conquista do tri. Exaltava, também, a “unidade” em torno de um objetivo, a consistência moral dos bons, o triunfo da “vontade coletiva” sobre o desejo individual – uma crítica direta aos grupos que contestavam o regime, vistos pelos militares como uma minoria barulhenta que tentava prevalecer diante da maioria silenciosa do país. No mesmo discurso do dia da vitória na Copa, Médici disse:

E identifico, na vitória conquistada na fraterna disputa esportiva, a prevalência de princípios que nós devemos amar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. Identifico no sucesso da nossa Seleção de futebol a vitória da unidade e da convergência de esforços, a vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da constância e da serenidade, da capacitação técnica, da preparação física e da consistência moral. Mas é preciso que se diga, sobretudo, que os nossos jogadores venceram porque souberam ser uma harmoniosa equipe, em que, mais alto que a genialidade individual, afirmou-se a vontade coletiva. Neste momento de vitória, trago ao povo a minha homenagem, identificando-me todo com a alegria e a emoção de todas as ruas, para festejar, em nossa incomparável Seleção de futebol, a própria afirmação do valor do homem brasileiro.²¹

Ainda nesse discurso, o presidente reforçou a imagem patriótica e nacionalista do país ao qual oferecia seus préstimos de modesto timoneiro:

Como um homem comum, como um brasileiro que, acima de todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil e uma crença inabalável neste país e neste povo, sinto-me profundamente feliz, pois nenhuma alegria é maior em meu coração que a alegria de ver a felicidade do nosso povo, no sentimento da mais pura exaltação patriótica.

O regime e seus simpatizantes queriam fazer crer que um novo país estava a surgir – e a conquista da Copa nada mais era do que a prova desse nascimento. Em um curioso editorial a esse respeito, “Festa do povo”, a *Folha de S. Paulo* de 23 de junho de 1970

(p. 4) disse que as campanhas nas Copas do Mundo desde 1958 refletiram o momento do país em cada um daqueles anos. Em 58, o Brasil vencera “na época do desenvolvimento tumultuado que gerou euforia e confiança nas possibilidades nacionais”. Em 62, vencemos “de maneira menos brilhante, mas dentro do mesmo impulso do campeonato anterior”. Em 66, “a decepção”: “Nos campos esportivos, pagávamos o mesmo preço que o país inteiro se via obrigado a pagar pelos erros do passado: a improvisação, a falta de infra-estrutura, o desenvolvimento ‘às caneladas’”. Em 70, por outro lado, a conquista “ocorre num momento em que o Brasil já consertou tradicionais erros, partiu para um desenvolvimento planejado e tem consciência clara do que é e do que almeja”. E tome nacionalismo, que tem o condão de superar “divergências e ressentimentos”:

A verdade irrecusável é que o Brasil levou para os campos de futebol, na disputa de um campeonato que tanto diz à alma popular, todo o espírito que hoje anima a nossa pátria: confiança ilimitada em suas possibilidades (...). Foi tão grande essa união (...) que ela se estendeu pelo Brasil afora (...). De repente, demo-nos as mãos, esquecendo divergências e ressentimentos. A bandeira nacional, símbolo não apenas da pátria, mas de uma pátria indestrutivelmente unida e coesa, veio às ruas, às casas, aos automóveis, numa exaltação cívica sem precedentes.

A reação popular – estratégias de poder

As manifestações de júbilo pela conquista do tricampeonato e as expressões de sentimento positivo em relação ao Brasil, porém, podem não ter apenas o significado que imediatamente transmitem, isto é, uma espécie de chancela alienada da população em relação ao regime de exceção. Pelo contrário. De acordo com o modelo thompsoniano, segundo o qual as pessoas comuns conseguem elaborar estratégias para defender seus interesses mesmo em regimes autoritários, é possível qualificar como “janela de oportunidade” as festas de rua pelas vitórias na Copa, que em princípio contrariavam as rígidas regras que o regime impusera às concentrações públicas.

As comemorações eram carregadas de palavrões contra “todos os países contra os quais o Brasil jogou, vários jogadores famosos e até a rainha da Inglaterra”, publicou a revista *Veja* em 1º de julho (p. 26). “Em Belo Horizonte, por exemplo, a vitória definitiva do Brasil no domingo [contra a Itália] desencadeou uma verdadeira explosão com características de desrecalques”. A revista arriscava-se a dizer que se tratava de uma manifestação de desabafo, “um protesto inconseqüente, mas ao qual a classe média adere porque é o máximo que lhe é permitido”. A *Folha de S. Paulo*, talvez involuntariamente, deu a dimensão do que aquelas expressões de festa significavam para uma população que esta-

va desde 1964 sob regime de exceção: “Há mais de seis anos não se via uma concentração popular tão grande como a de ontem no Anhangabaú”.²² No Rio, a mesma *Folha* constatou: “Uma loucura. Sem lei e sem documento, o carioca vibrou como sempre quis, sem qualquer repressão legal...”.²³ Ou seja: Médici permitiu as manifestações populares de apoio à Seleção porque elas oxigenavam seu projeto de legitimação do regime, mas, por outro lado, essas mesmas manifestações podem ter servido para que os brasileiros, sutilmente, contestassem o regime. Somente essa hipótese deveria bastar para, ao menos, contradizer a versão segundo a qual a Copa de 70 foi o auge da alienação do país, um dos maiores axiomas que se criaram a respeito do período, tão grande quanto as façanhas épicas da Seleção canarinho.

Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004

Notas

* Marcos Guterman é formado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero e em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente, é mestrando em história na PUC-SP, onde desenvolve pesquisa sobre a relação do governo Médici com a Copa de 1970.

¹ HELAL, Ronaldo. *Passes e impasses: futebol e cultura de massas no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 25.

² RAMOS, Roberto. *Futebol: ideologia do poder*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 23.

³ SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo, Global, 1980, pp. 235, 237, 239.

⁴ SALDANHA, João. *Futebol e outras histórias*. São Paulo, Record, 1988, pp. 199, 201.

⁵ LEVINE, Robert. “Esporte e sociedade: o caso do futebol brasileiro”. In: MEIHY, J. C. S. (org.). *Futebol e cultura: coletânea de estudos*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1982, p. 41.

⁶ Id., *ibid.*, p. 38.

⁷ MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1973, p. 65.

⁸ *Folha de S. Paulo*, 6 mar. 2002, p. A2.

⁹ Id., 22 jun. 1970, p. 6.

¹⁰ Id., 9 jun. 1970, capa.

¹¹ Id., 9 jun. 1970, p. 31.

¹² Id., 16 jun. 1970, p. 26.

¹³ Id., 22 jun. 1970, Capa.

¹⁴ Id., 22 jul. 1970, capa.

¹⁵ *Última Hora*, 3 jul. 1970, p. 3.

¹⁶ *Veja*, 17 jun. 1970, p. 93.

¹⁷ *Folha de S. Paulo*, 13 jul. 1970, capa.

¹⁸ *Id.*, 16 jul. 1995, pp. 4-6.

¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 1 maio 1970, contracapa.

²⁰ *Id.*, 9 maio 1970, p. 13

²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 83.

²² *Folha de S. Paulo*, 25 jun. 1970, p. 19.

²³ *Id.*, 22 jun. 1970, p. 5.